

A REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO EXTREMO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ - BRASIL

Miriam Hermi Zaar¹

RESUMO:

Na área do extremo oeste do Estado do Paraná, predominam atividades agrícolas vinculadas a propriedade familiar.

Em três momentos distintos, durante os processos de migração nas décadas de 1940/50, de implantação da modernização agrícola a partir da década de 1960 e de formação da Represa de Itaipu em 1982, foram criadas novas formas de produção do espaço agrário.

Inserida neste contexto, a propriedade agrícola familiar passou por profundas mudanças, sendo que uma parcela das mesmas conseguiu readapta-se a nova realidade e continuar a sua reprodução enquanto propriedade agrícola familiar.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o espaço agrário brasileiro, passou por inúmeras modificações. O extremo oeste do Estado do Paraná localizado entre as latitudes 23° 02' e 25° 42' Sul e as longitudes 53° 54' e 54° 38' Oeste, inserido neste "todo" e, articulado às estratégias estatais também passou por grandes mudanças.

Mudanças que representaram uma nova forma na produção do espaço agrário e na reprodução dos trabalhadores agrícolas.

Trabalhadores que subordinados a interesses maiores foram "induzidos" a migrarem, a cultivarem determinados produtos e também a "aceitarem" a modernização e o progresso em detrimento de seus próprios interesses. Mas, que também, através dos mesmos processos se mobilizam articulam-se e lutam por seus direitos.

Foi desta forma que o processo de produção do espaço agrário, e da agricultura familiar que nele se reproduz, passou por grandes mudanças em três principais momentos: a colonização, a modernização agrícola e a formação da represa de Itaipu.

O Processo de ocupação da área através da colonização

Nos séculos XVI e XVII, este território, que pelo tratado de Tordesilhas pertencia a Coroa Espanhola, esteve ocupado pelas reduções jesuíticas

Durante parte dos séculos XIX e XX, latifundiários extrativistas estrangeiros ocuparam grande parte da área extraíndo e exportando produtos como a erva-mate e a madeira.

A ocupação da área por grupos de agricultores familiares iniciou somente na década de 1940, incentivada pelo Estado Brasileiro, que tinha como uma de suas metas a expansão das "fronteiras agrícolas" do País.

Neste contexto, companhias colonizadoras passaram a adquirir terras do Estado, e promovê-las divulgando a importância da fertilidade do solo, da abundância de cursos d'água, do clima subtropical, da quantidade de madeira existente nas matas subtropicais e os preços da terra relativamente baixos.

Para a venda das mesmas, as companhias colonizadoras dividiram a área em lotes coloniais que tinham em média 24 hectares ou 242.000 metros quadrados.

¹ Mestre em Geografia - CEFET/PR - Email: mzaar@unimidia.com.br

Com a aquisição das terras, iniciou o movimento migratório das famílias de agricultores oriundas principalmente dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, além de regiões do próprio Estado do Paraná.

O processo de colonização intensificou-se somente na década de 1950, e caracterizou-se pela falta de infra-estrutura, pela necessidade em adaptar-se a nova realidade, e por uma agricultura voltada para a subsistência.

Dedicando-se a agricultura de subsistência, o objetivo dos agricultores que se instalaram nestas terras, era tirar delas, através da produção agrícola, meios para sobreviverem com suas famílias. A terra tinha um único e claro sentido para eles, era um meio de trabalho, de produção, de reprodução de sua existência, onde apenas o excedente tinha valor de troca.

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

Como resultado de uma política estatal que visava difundir uma revolução tecnológica já presente em outros pontos do país, o Estado, através de órgãos estatais como bancos e institutos agrônômicos, criou possibilidades para que na primeira metade da década de 60, alguns representantes da pequena produção agrícola local conseguissem através de financiamentos bancários, adquirir as primeiras máquinas agrícolas. O trator, usado na destoca para posterior plantio, se destacou como carro-chefe do aparato maquinário que permitiu a mecanização das atividades agrícolas na área.

Assim, a partir da década de 60, o trigo que até então era cultivado manualmente passou a ser cultivado com plantadeiras mecânicas, nos meses de inverno. A soja, passou a ser cultivada durante os meses de verão, com o aproveitamento do mesmo maquinário, e incentivo dos altos preços do produto no mercado internacional.

Os produtos de subsistência ou que visavam a comercialização interna como o milho, o arroz, o feijão e a mandioca, cederam lugar aos cultivos comerciais, em especial a soja para a exportação. Criaram-se novas formas de reprodução das relações de produção e conseqüentemente da agricultura familiar.

Como parte do processo de modernização da agricultura, surgiu na área, com a consolidação da cultura da soja, um grande número de indústrias de esmagamento de soja, e produção de óleo extraído desta oleaginosa.

Agroindústrias que representavam o interesse das corporações transnacionais, na internacionalização da agricultura brasileira, integrando-a ao projeto de desenvolvimento mundial, do complexo agroindustrial por elas comandado. Neste momento, o Estado brasileiro, através de uma ampla política de crédito para o cultivo da soja, transformou-se num mediador destes interesses.

Na década de 1970, a política agrícola que financiavam todas as etapas do plantio, destinava para a soja, o trigo e o café, 80% do crédito rural total mantido pelo Banco do Brasil.

A relação do pequeno produtor que até então ocorria a nível do capital comercial, isto é vendendo e comprando seus produtos, sem interferência de terceiros, passou a ser realizada por intermédio de financiamentos bancários e das indústrias. E, o agricultor tornou-se ao mesmo tempo um vendedor de produtos agrícolas e um comprador de sementes, agrotóxicos e equipamentos agrícolas.

A soja, ao representar a introdução, e progressiva consolidação de uma nova forma de produção agrícola, esteve também, introduzindo uma maior integração e subordinação das atividades agrárias, para com a agroindústria e as políticas estatais.

Dentro deste contexto, as cooperativas foram criadas e fortalecidas, para se tornarem agentes de comercialização da produção, entre produtores e órgãos governamentais e, direta ou indiretamente encarregam-se da distribuição do produto à indústria de processamento.

Foram as cooperativas que gradativamente, conseguiram introduzir na pequena produção agrícola familiar, hábitos que iriam resultar na "modernização" das práticas agrícolas, e no estreitamento das relações entre trabalhadores agrícolas e as agências bancárias. Desta forma, elas deram o primeiro passo. A partir daí, o caminho estava aberto às agroindústrias, que intensificaram o processo, direcionando-o de acordo com sua conveniência.

Com o desenvolvimento da agroindústria, a agricultura deixou de ser apenas produtora de alimentos, para ter também outras funções, que foram estabelecidas, de acordo com as necessidades do capital industrial. Tais funções variam, desde o fornecimento de matérias-primas e da ampliação do mercado consumidor de bens industrializados, à fonte de divisas para importações, além de ser provedora de alimentos para a reprodução da força de trabalho urbano.

Devemos mencionar também o que chamamos função principal, e razão do atrelamento das atividades agrícolas à indústria: a transferência de trabalho agrícola para a indústria. É por isto, que gradativamente se deu a acumulação industrial, a partir de um processo modernizador induzido de fora para dentro, e de cima para baixo, sob o comando do grande capital financeiro-industrial, nacional e internacional.

A FORMAÇÃO DA REPRESA DE ITAIPU

A construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu, deu-se em uma contextualização econômica semelhante à da mecanização da agricultura. Isto é, ela não aconteceu isolada de toda uma política de Estado, preocupada em criar condições favoráveis, ao desenvolvimento do processo acumulativo no país.

Com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, o Estado assumiu a responsabilidade da construção de uma obra de infra-estrutura, que favorecia as condições gerais de produção através da geração de energia - vital para a reprodução do processo produtivo -.

Tanto é que, a sua construção aconteceu na década de 1970, quando o I e II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social tinham como meta principal proporcionar condições favoráveis ao "desenvolvimento" do país. E, para tanto, a estratégia adotada foi uma clara opção pelo grande empreendimento, a partir de capitais privados nacionais e estrangeiros, trazendo em sua essência estímulos governamentais de todo tipo, além de investimentos de infra-estrutura.

Assim, o Projeto Binacional Itaipu representou acima de tudo o aumento no suprimento energético nacional, onde a Hidrelétrica de Itaipu seria responsável pela produção de uma parcela significativa de toda energia elétrica consumida nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e por 80% da energia consumida pelo sócio no empreendimento binacional, o Paraguai.

Uma energia gerada na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, a qual abrange cerca de três milhões de quilômetros quadrados. Seu rio principal, o Paraná, possui a partir de seus formadores Paranaíba e Grande, quatro mil quilômetros de extensão.

A área do Projeto que possibilitou a construção da maior hidrelétrica do mundo com potência instalada de 12.600 MW entre o Brasil e o Paraguai é de 820.000 quilômetros quadrados e teve como ponto central o Rio Paraná. Localiza-se entre Guaíra(PR), ao norte, e Foz do Iguaçu(PR) / Ciudad Presidente Stroessner² (Paraguai) ao Sul, numa extensão aproximada de 190 quilômetros, segundo dados da Binacional Itaipu.

Em 23 de abril de 1973, foi assinado o Tratado entre o Brasil e o Paraguai para o aproveitamento hidrelétrico dos recursos do Rio Paraná pertencentes em condomínio aos dois países desde, e inclusive, o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a Foz do Rio Iguaçu. Também neste tratado foi criada uma Entidade binacional denominada ITAIPU, hoje conhecida como Binacional Itaipu.

Segundo a Binacional Itaipu, a obra iniciada em 1975, contou com o desvio do Rio Paraná, para possibilitar a construção da barragem principal, da casa de força, além das barragens e do vertedouro. A formação do reservatório ocorreu em setembro de 1982 e alagou um território de 1.350 quilômetros quadrados. Destes, 780 quilômetros quadrados em território brasileiro e 570 quilômetros quadrados em território paraguaio, limitando a área de desapropriação, em média, até a curva de nível de 225 metros acima do nível do mar.

Com a formação do reservatório, milhares de propriedades familiares que se situavam às margens do Rio Paraná e seus afluentes, viveram momentos de incertezas quanto a possibilidade ou não de continuarem a se reproduzirem enquanto agricultores familiares.

Entre os aspectos que promoveram um clima de insegurança e incertezas estavam:

- a- Os preços baixos pagos pela terra a ser desapropriada, dificultando a compra de uma área similar a aquela desapropriada;
- b- A lentidão no processo de desapropriação, que se tornava um aspecto negativo, porque a medida que as desapropriações ocorriam, a procura das terras aumentava e o preço das mesmas também;

² Com a saída do poder, do presidente paraguaio Stroessner, a denominação mudou para Ciudad del Este.

c- O dilema dos agricultores que tiveram apenas parte de sua terra desapropriada, uma vez que a parte sobrando era insuficiente para a reprodução da família.

d- Para onde migrar? Onde comprar novas terras e continuar a sua reprodução enquanto trabalhadores agrícolas?

Com o objetivo de lutar por seus direitos, e, com apoio de segmentos da Igreja e de partidos políticos de esquerda, os agricultores ribeirinhos ao lago, começaram a se mobilizar questionando entre outros, os preços das indenizações aquém do mercado, uma política de reforma agrária no Estado do Paraná para que estes agricultores pudessem comprar terras no próprio Estado e um programa de desapropriações.

Com a desapropriação das terras, iniciou um processo migratório, no qual se destacaram:

a - a migração rural-rural;

b - a migração rural-urbano.

No primeiro caso, a migração ocorreu devido a necessidade de comprar novas terras para continuarem a sua reprodução enquanto trabalhadores agrícolas. Conforme dados obtidos na pesquisa, os locais de destino foram as áreas rurais do município em que viviam, dos outros municípios do Estado do Paraná, dos estados da região Centro-Oeste e Norte do Brasil e da República do Paraguai. O principal motivo da migração para os estados da região Centro-Oeste, Norte e para a República do Paraguai foram os preços mais baixos da terra. Na República do Paraguai, estes agricultores são denominados de "brasiguaios".

No segundo caso, a migração ocorreu devido a dois fatores: a dificuldade na aquisição de terras, devido a grande demanda; e, a atração que as cidades exercem sobre as áreas rurais. Muitos filhos de agricultores já estudavam e trabalhavam na área urbana. Neste caso, o valor recebido da desapropriação foi destinado à aquisição de casa para moradia e também à investimentos bancários. Com a inflação e os planos monetários o valor depositado nas agências bancárias reduziu, trazendo dificuldade financeira a estes pequenos agricultores. De acordo com os dados obtidos nas entrevistas, entre 25 e 30% dos agricultores desapropriados, migraram para as áreas urbanas.

Os agricultores entrevistados que permaneceram na área foram unânimes em afirmar que comparando os períodos anterior e posterior a formação do Lago de Itaipu, tiveram a área de suas propriedades reduzidas. Com esta redução, e a dificuldade em continuar a sua reprodução enquanto agricultura familiar, parte de seus membros, principalmente filhos, passaram a se dedicar às atividades ligadas ao setor terciário nas áreas urbanas mais próximas.

É importante que se diga que uma parcela de agricultores indenizados, atualmente fazem parte do grupo dos "sem-terras". Na maioria dos casos, isto ocorreu porque migraram para áreas amazônicas sem qualquer infra-estrutura. Após várias tentativas, isolados e acometidos de enfermidades tropicais, abandonaram suas terras.

Para os agricultores que não foram desapropriados, a meta principal era rearticular a comunidade onde viviam. Com a migração de amigos e parentes, espaços comunitários alagados e/ou desapropriados, a vida comunitária necessitava ser reestruturada.

Também para os que permaneceram, um novo elemento na paisagem, o Lago de Itaipu, passou a representar um sério perigo. Com o aumento do nível das águas do Rio Paraná, a facilidade para fazer a travessia aumentou, o roubo e o contrabando também, o que trouxe aos moradores das proximidades do lago, momentos de insegurança e pânico.

A partir desta realidade, vivenciada pela propriedade familiar no extremo oeste do Estado do Paraná, entendemos serem estas algumas formas a partir das quais o Estado transforma o "espaço social" em "espaço abstrato", planejado, fragmentado e negado enquanto realidade presente para o indivíduo comum. Momentos como estes fazem com que a territorialidade de cada indivíduo e da comunidade como um todo fragmenta-se, em função principalmente da expropriação de parte da área, mas também a partir do processo que envolve a introdução de novos elementos no espaço geográfico.

BIBLIOGRAFIA

BRUM, Argemiro. Modernização da Agricultura- trigo e soja. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

GERMANI, Guiomar. Os Expropriados de Itaipu. O Conflito: Itaipu x Colonos. Cadernos do Propur. Porto Alegre: UFRGS, 1982.

ITAIPIU BINACIONAL. Resumo do Projeto Itaipu. 1980.

MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MAZZAROLO, Juvêncio. A Taipa da Injustiça: Itaipu x Colonos Expropriados. Comissão Pastoral da Terra. Secretaria Regional do Paraná: 1980.

- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991. Coleção Caminhos da geografia.
- SILVA, Lenyra Rique da. A Natureza Contraditória do Espaço Geográfico. São Paulo: Editora Contexto, 1991.
- SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1980, 2ª edição.
- ZAAR, Miriam Hermi. A Produção do Espaço Agrário em Marechal Cândido Rondon/PR entre 1940 e 1991. Florianópolis, 1996, Dissertação de Mestrado no Curso de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- ZAAR, Miriam Hermi. A Produção do Espaço Agrário- da colonização à modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu. Cascavel, Edunioeste, 1999.